O Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas: o potencial da mobilização e da participação social

O documento intitulado "Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas" (Brasil, 2014) está fundamentado no princípio das práticas educativas de participação social, é inspirado na concepção freireana e vem sendo o mote para os estudos e as discussões nas rodas de conversa promovidas pelo Grupo de Estudos MEB (GE-MEB). É um documento construído com o efetivo envolvimento de setores da sociedade civil e fruto da luta de diversos movimentos sociais por educação e justiça para fortalecer, efetivamente, a construção de políticas públicas.

A participação social, a cidadania e a soberania popular são os pilares do Estado democrático de direito, conforme assegura a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Portanto, o documento em foco estimula e amplia os espaços de debate sobre as questões que envolvem as iniciativas públicas governamentais. Nesse cenário, a educação popular exerce o seu papel transformador, pautada nos saberes tradicionais, na cultura, no diálogo com as comunidades, fortalecendo as lutas forjadas nos territórios para assegurar o acesso ao direito e à justiça social.

Com base nessa concepção de educação popular progressista e libertadora, o GE-MEB reúne educadoras e educadores de variados territórios do país, para debater as questões que hoje se colocam como ameaças à democracia. São problemas que emergem da prática cotidiana dos participantes do GE-MEB junto aos grupos com os quais atuam.

Nesse sentido, destaca-se o emprego de uma práxis educativa que dialogue com os grupos, em um contexto de pluralidade de ideias, de diversidade cultural, étnico-racial, religiosa e política. Trata-se de atuar junto a pessoas vulneráveis e acometidas de altos índices de violência, tais como populações em situação de rua, jovens das periferias, mulheres de comunidades empobrecidas, pessoas idosas, iletradas, quilombolas, dentre outros grupos invisibilizados por uma sociedade excludente.

Quando marcada pelo analfabetismo, a participação nos debates sobre a construção de políticas públicas torna-se um desafio. A negação do direito à educação atrasa e compromete o acesso dos sujeitos ao mundo letrado, e hoje, também digital, e, consequentemente, à emancipação humana e o exercício da cidadania plena.

Ao estudar o documento em foco, o GE-MEB abre-se ao diálogo e busca compreender os fundamentos que o sustentam, especialmente no engajamento dos sujeitos e na força mobilizadora das comunidades. Esse processo formativo fortalece a presença nas rodas de conversa, reafirma o compromisso do grupo na defesa dos direitos sociais e reconhece esse documento como instrumento essencial para embasar e nortear as ações voltadas à educação popular no âmbito das políticas públicas.

A seguir, apresenta-se alguns dos depoimentos de integrantes do GE-MEB, por meio dos quais podemos compreender o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas como instrumento essencial para embasar e nortear as ações voltadas à educação popular, no âmbito da presença cidadã na construção das políticas públicas.

> "O documento aborda princípios democráticos e participativos que se integram às políticas governamentais. Descreve a relação entre educação popular e saúde, educação pública, cultura e territorialização, com destaque à participação social".

> "Os estudos têm realçado a importância do papel da Educação Popular na mobilização social".

> "Conhecer os processos sócio-históricos é buscar compreender como esses definiram os processos sociais atuais; o documento prima por nos chamar a atenção para a importância dos movimentos sociais nesse contexto".

> "Falta vontade política, formação continuada e comprometimento de profissionais, lideranças e coletivos sociais. Esses são aspectos fundantes para o engajamento ativo nas lutas por direitos e para o fortalecimento dos territórios enquanto locais de ação pública e acompanhamento de políticas intersetoriais, complementares que atendam às necessidades concretas da população".

Assim, o GE-MEB se configura como um espaço de vozes que ecoam e buscam confluências nos princípios da participação, do pensar e do fazer na educação popular. O grupo compreende que é por meio da coletividade, na tessitura da relação dialógica, da escuta ativa, do compromisso com os direitos humanos, com a cidadania e a democracia que vão sendo construídos caminhos de libertação da teia da exclusão social.

O GE-MEB assume a necessidade de pautar as inquietações dos seus integrantes em meio aos inúmeros impasses que permeiam os ambientes de debates sobre políticas públicas. Trazer esse documento à roda é também uma ação libertadora, que revela a potencialidade do protagonismo dos sujeitos como aspecto fundante da democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 5/10/1988, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso: 3 ago. 2026.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília, Secretaria-Geral da Presidência da República. 2014. Disponível em: https://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf. Acesso em: 3 ago. 2026.